



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

CONTRATO nº. 009/2022.

PROCESSO SEI-080007/008658/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2022, COM FUNDAMENTO NO ART. 24, INCISO IV DA LEI Nº 8666/93

CONTRATO Nº 009/2022 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EMPRESA JB ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

A **FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, fundação instituída pelo Poder Público do Estado do Rio de Janeiro e vinculada a Secretaria de Estado de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 118/2007, da Lei nº 5164/2007 e do Decreto 43.124/2011 e da Lei nº. 6.304/2012, inscrita no CNPJ sob o nº 10.834.118/0001-79, sediada na Avenida Padre Leonel Franca, nº 248, 1º andar, Gávea - CEP. 22451-000, Rio de Janeiro - RJ, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato Diretor Executivo **JOÃO RICARDO DA SILVA PILOTTO**, brasileiro, ID funcional nº 5079143-5, portador da carteira de identidade nº 52.34921-0, expedida pelo CRM/RJ, inscrito no CPF sob o nº 556.886.837-91 e pelo Diretor Administrativo Financeiro Interino, designado pela portaria da Diretoria Executiva FS/DE nº 824/2021, de 28 de julho de 2021, **BRUNO RÉBULA KLEIN**, brasileiro, ID funcional nº 4137337-5, portador da carteira de identidade nº 098814700, Detran/RJ, inscrito no CPF sob o nº 036.309.047-93, e a empresa **JB ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, situada na Avenida Pelotas, nº 790, Q39 Lote 1 - parte, Jardim Gramacho, Duque de Caxias/RJ - CEP: 25.055-191 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.687.537/0001-25, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **CARLSON RUY FERREIRA**, dédula de identidade nº 041645540, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 480.104.647-91, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, com fundamento no processo administrativo nº **SEI-080007/008658/2021**, que se regerá pelas normas do art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do Termo de Referência doc. SEI nº **23810960**, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

**CARLSON
RUY
FERREIRA**



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

O presente CONTRATO tem por objeto a contratação emergencial de empresa especializada para a prestação dos serviços de distribuições transportadas de preparações alimentares prontas destinadas a pacientes, acompanhantes, funcionários e outros autorizados nas Unidades de Pronto Atendimento que se encontram sob gestão da FUNDAÇÃO SAÚDE, na forma do Termo de Referência doc. SEI nº 23810960 e da proposta SEI nº 26775052.

Lote	Unidades	ID SIGA	Descrição	Quantidade
I	UPA I BAIRRO CABUÇU	171295	SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PREPARADAS, DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PREPARO, FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE REFEIÇÕES TRANSPORTADAS. Código do Item: 0671.001.0014 COMPLEMENTO DO ITEM: MODALIDADE HOTBOX.	1

PARÁGRAFO ÚNICO – O objeto será executado segundo o regime de execução de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de assinatura, sendo o prazo de execução do objeto contratual iniciado em 12/01/2022.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A celebração de nova contratação oriunda da finalização de processo licitatório com o mesmo objeto constituirá condição resolutive ao presente contrato, porém, a CONTRATADA não terá direito a qualquer indenização em virtude da extinção do pacto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A implementação da condição resolutive acima disposta será previamente comunicada à CONTRATADA, indicando-se em notificação própria a data inicial de extinção do pacto, quando operarão seus efeitos de pleno direito.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- exercer a fiscalização do contrato;

[Handwritten signatures in blue ink]





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no Termo de Referência doc. SEI nº 23810960 e no contrato; e
- e) **Demais itens previstos no Termo de Referência nº 23810960, em especial ao item 4 e seus subitens.**

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do Termo de Referência doc. SEI nº 23810960, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) prestar o serviço no endereço constantes no Termo de Referência doc. SEI nº 23810960;
- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) responder pelos serviços que executar, na forma do Termo de Referência doc. SEI nº 23810960 e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- j) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência doc. SEI nº 23810960;
- k) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da CLÁUSULA OITAVA (DA RESPONSABILIDADE);

**CARLSON
RUY
FERREIRA**



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

- l) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros;
- m) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;
- n) na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:
- | | |
|-------------------------------|-----|
| I - até 200 empregados..... | 2%; |
| II - de 201 a 500..... | 3%; |
| III - de 501 a 1.000..... | 4%; |
| IV - de 1.001 em diante. | 5%. |
- o) Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública. Caso a contratada ainda não tenha programa de integridade instituído, compromete-se a implantar no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data da celebração do presente contrato, na forma da Lei nº 7.753 de 17 de outubro de 2017;**
- p) A contratada deve estrito cumprimento às normas e resoluções expedidas pelo Ministério Público do Trabalho, notadamente a NOTA TÉCNICA GT COVID-19 N. 18/2020 (anexo);**
- q) Demais itens previstos no Termo de Referência nº 23810960, em especial ao item 5 e seus subitens.**

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2022, assim classificados:

Natureza das Despesas: 33903903

Fonte de Recurso: 223

Programa de Trabalho: 10302046129120000

Nota de Empenho: 2022JNE 000 47



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de **R\$ 600.596,04 (seiscentos mil, quinhentos e noventa e seis reais e quatro centavos)**.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do Termo de Referência doc. SEI nº **23810960**, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão de fiscalização de contrato composta por 3 (três) membros do **CONTRATANTE**, especialmente designados pelo Ordenador de Despesa, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a entrega do serviço;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 5 (cinco) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações,

**CARLSON
RUY
FERREIRA**





**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO SEXTO – Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea o, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

- a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **CONTRATADA** será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11,



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO QUARTO – A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUINTO – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO SEXTO - No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de **R\$ 600.596,04** (seiscentos mil, quinhentos e noventa e seis reais e quatro centavos), em 06 (seis) parcelas, no valor de **R\$ 100.099,34** (cem mil e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos), cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente na Conta Corrente nº 008145-0, Agência 0949, de titularidade da CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pelo Estado (Bradesco).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal/fatura obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

habilitação e propostas apresentadas, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e matriz.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento ao endereço da CONTRATANTE, sito à Av. Padre Leonel Franca, nº 248, 1º andar, Gávea - Rio de Janeiro/RJ – Brasil – CEP 22451-000, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO SEXTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO OITAVO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no Termo de Referência serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO NONO – O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas a, b, c, d e e, do §1º, do art. 2º da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

PARÁGRAFO DÉCIMO– Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea p, da cláusula quarta, suspender-



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O levantamento da garantia contratual por parte da contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

PARÁGRAFO QUINTO – Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – O **CONTRATANTE** poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá:

- reter, a título de compensação, os créditos devidos à CONTRATADA e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- cobrar da CONTRATADA multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e;
- cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a contratação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

CARLSON
RUY
FERREIRA





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) multas previstas no Termo de Referência convocatório e no contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins de aplicação das sanções mencionadas *no caput* são assim consideradas:

- I – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;
- II – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e
- III – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

PARÁGRAFO QUARTO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no PARÁGRAFO TERCEIRO também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO QUINTO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do contratante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, na forma abaixo transcrita:

CARLSON
RUY
FERREIRA





**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

- a) As sanções previstas na alínea b do caput e nas alíneas a e b, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do artigo 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) As sanções previstas na alínea a do caput e na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do artigo 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo ser submetidas à apreciação do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.
- c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO SEXTO - Dentre outras hipóteses, a advertência poderá ser aplicada quando o CONTRATADO não apresentar a documentação exigida nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO da CLÁUSULA OITAVA, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas administrativas, previstas na alínea b do caput e na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;
- c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO OITAVO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o contratado faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias,



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

configurando inadimplemento, na forma dos PARÁGRAFOS QUINTO e SEXTO da CLÁUSULA OITAVA.

PARÁGRAFO NONO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do artigo 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Se o valor das multas previstas na alínea b do *caput*, na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO e no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Termo de Referência e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do *caput* e nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO SEGUNDO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (artigo 7º da Lei nº 10.520/02);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93);

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo contratante no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do *caput* e nas alíneas c e d do PARÁGRAFO SEGUNDO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - A aplicação das sanções mencionadas no PARÁGRAFO VIGÉSIMO deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante a CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela CONTRATADA, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em 07 de januário de 2022.


FUNDÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Dr. JOÃO RICARDO DA SILVA PILOTTO
Diretor Executivo


FUNDÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
BRUNO RÉBULA KLEIN
Diretor Administrativo Financeiro

CARLSON RUY
FERREIRA

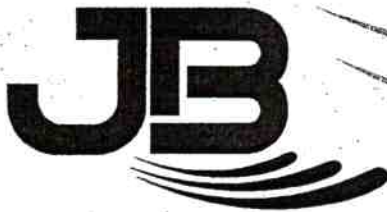
Assinado de forma digital por
CARLSON RUY FERREIRA
Dados: 2022.01.07 16:46:22 -03'00'

JB ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
CARLSON RUY FERREIRA
Representante Legal


TESTEMUNHA


TESTEMUNHA

135.719.331-55



À
FUNDAÇÃO SAÚDE
SETOR DE PESQUISA DE SERVIÇOS

A JB ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ Nº 10.687.537/0001-25, situada na av. Pelotas, 790 - Jardim Gramacho - Duque de Caxias - RJ - Apresenta sua proposta conforme quadro abaixo.

LOTE	unidade	Id siga	DESCRIÇÃO	Vi. Unitário	Quant.	Total
0671.001	UPA I BAIRRO CABUÇU	171295	SERVICOS DE FORNECIMENTO DE REFEICOES PREPARADAS, DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVICOS DE PREPARO, FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE COMPLEMENTO DO ITEM: MODALIDADE HOTBOX REFEICOES TRANSPORTADAS. Código do Item: 0671.001.0014. COMPLEMENTO DO ITEM: MODALIDADE HOTBOX	R\$ 100.099,34	6	R\$ 600.596,04
III	UPA II BAIRRO BOTAFOGO	171295	SERVICOS DE FORNECIMENTO DE REFEICOES PREPARADAS, DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVICOS DE PREPARO, FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE COMPLEMENTO DO ITEM: MODALIDADE HOTBOX REFEICOES TRANSPORTADAS. Código do Item: 0671.001.0014. COMPLEMENTO DO ITEM: MODALIDADE HOTBOX	R\$ 100.099,34	6	R\$ 600.596,04
III	UPA MESQUITA	171295	SERVICOS DE FORNECIMENTO DE REFEICOES PREPARADAS, DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVICOS DE PREPARO, FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE COMPLEMENTO DO ITEM: MODALIDADE HOTBOX REFEICOES TRANSPORTADAS. Código do Item: 0671.001.0014. COMPLEMENTO DO ITEM: MODALIDADE HOTBOX	R\$ 100.099,34	6	R\$ 600.596,04

TOTAL GERAL	R\$ 300.298,02	R\$ 1.801.788,12
-------------	----------------	------------------

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

10.687.537/0001-25

Duque de Caxias/RJ, 28 de Outubro de 2021

JB ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA - ME

Avn. Pelotas 790 Qd. 39 Lote 01 Parte
Jardim Gramacho - CEP: 25055-191

DUQUE DE CAXIAS - RJ

JB ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ Nº 10.687.537/0001-25

Av. Pelotas 790, Jardim Gramacho - Duque de Caxias, RJ. CEP: 25050-502
Tel. (21) 2674-0412



ANEXO XI
RESUMO PARA COTAÇÃO

LOTE I, II E III

ITEM	UPA I - CABUÇU	UPA II - BOTAFOGO	UPA III - MESQUITA
Preparações Alimentares	R\$ 59.935,31	R\$ 59.935,31	R\$ 59.935,31
Mão de Obra Residente	R\$ 12.823,52	R\$ 12.823,52	R\$ 12.823,52
Alimentação Complementar (0,5% do Total Preparações alimentares + M.O)	R\$ 5.984,11	R\$ 5.984,11	R\$ 5.984,11
Fórmula Infantis (0,5% do Total Preparações alimentares+ M.O)	R\$ 5.984,11	R\$ 5.984,11	R\$ 5.984,11
Utensílios da empresa	R\$ 156,29	R\$ 156,29	R\$ 156,29
Equipamentos da empresa	R\$ 78,01	R\$ 78,01	R\$ 78,01
Gás de cozinha	R\$ 2.700,66	R\$ 2.700,66	R\$ 2.700,66
Laudos de Análise - Equipamentos	R\$ 281,11	R\$ 281,11	R\$ 281,11
Laudos de Análise Microbiológica - Utensílios	R\$ 281,11	R\$ 281,11	R\$ 281,11
Laudos de Análise Microbiológico - Mão de Manipuladores	R\$ 281,11	R\$ 281,11	R\$ 281,11
Laudo de água da cozinha central	R\$ 194,00	R\$ 194,00	R\$ 194,00
Manutenção	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00
Transporte das Refeições	R\$ 11.100,00	R\$ 11.100,00	R\$ 11.100,00
Mensal Unidade	R\$ 100.099,34	R\$ 100.099,34	R\$ 100.099,34
Global unidade	R\$ 600.596,04	R\$ 600.596,04	R\$ 600.596,04
Mensal LOTE	R\$	R\$	300.298,02
Global LOTE	R\$	R\$	1.801.788,12

JB ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-ME
CNPJ: 10.611.537/0001-25
Av. Pelotas, 790 - Jd. Gramacho
Duque de Caxias - RJ



ANEXO VII - B

Custo Total por Lote

LOTE I - UPA I: NOVA IGUAÇU I (CABUÇU)	VALOR TOTAL POR LOTE	
MENSAL POR LOTE	R\$	100.099,34
GLOBAL POR LOTE (180 DIAS)	R\$	600.596,04

LOTE II - UPA II: NOVA IGUAÇU (BOTAFOGO)	VALOR TOTAL POR LOTE	
MENSAL POR LOTE	R\$	100.099,34
GLOBAL POR LOTE (180 DIAS)	R\$	600.596,04

LOTE III - UPA MESQUITA	VALOR TOTAL POR LOTE	
MENSAL POR LOTE	R\$	100.099,34
GLOBAL POR LOTE (180 DIAS)	R\$	600.596,04

ms

D

CS

AS



LOTE 1 - UPAR - NOVA GUAGUÁ - CABUCO

TIPO DA REFEIÇÃO	ESTIMATIVA MENSAL DE CONSUMO		VALORES (R\$)			
Dieta Normal	FUNCIONÁRIOS ASSISTÊNCIA		CUSTO UNITÁRIO (R\$)		VALOR TOTAL (R\$)	
Desjejum	1518		R\$ 5,71		R\$ 8.667,78	
Colação	0		R\$ 6,30		-	
Almoço	1518		R\$ 12,20		R\$ 18.519,60	
Merenda	966		R\$ 5,71		R\$ 5.515,86	
Janta	966		R\$ 12,20		R\$ 11.785,20	
Ceia	0		R\$ 8,16		-	
Total	4968				R\$ 44.488,44	
Dieta Normal	FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS		CUSTO UNITÁRIO (R\$)		VALOR TOTAL (R\$)	
Desjejum	656		R\$ 5,71		R\$ 3.745,76	
Colação	0		R\$ 6,30		-	
Almoço	656		R\$ 12,20		R\$ 8.003,20	
Merenda	414		R\$ 5,71		R\$ 2.363,94	
Janta	414		R\$ 12,20		R\$ 5.050,80	
Ceia	0		R\$ 8,15		-	
Total	2140				R\$ 19.163,70	
Dieta Normal	ACOMPANHANTES		CUSTO UNITÁRIO (R\$)		VALOR TOTAL (R\$)	
Desjejum	35		R\$ 5,71		R\$ 199,85	
Colação	0		R\$ 6,30		-	
Almoço	35		R\$ 12,20		R\$ 427,00	
Merenda	0		R\$ 5,71		-	
Janta	35		R\$ 12,20		R\$ 427,00	
Ceia	0		R\$ 8,15		-	
Total	105				R\$ 1.053,85	
Dieta Normal	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (R\$)	Valor TOTAL ADULTO (R\$)	Custo Unitário PEDIÁTRICO (R\$) - 80% do custo Adulto	Valor TOTAL PEDIÁTRICO (R\$)
Desjejum	0	0	R\$ 5,71	R\$ -	R\$ 4,57	R\$ -
Colação	0	0	R\$ 6,30	R\$ -	R\$ 5,04	R\$ -
Almoço	0	0	R\$ 12,20	R\$ -	R\$ 9,76	R\$ -
Merenda	0	0	R\$ 5,71	R\$ -	R\$ 4,57	R\$ -
Janta	0	0	R\$ 12,20	R\$ -	R\$ 9,76	R\$ -
Ceia	0	0	R\$ 8,15	R\$ -	R\$ 6,52	R\$ -
Total	0	0		R\$ -		R\$ -
Dieta Branda	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (R\$)	Valor TOTAL ADULTO (R\$)	Custo Unitário PEDIÁTRICO (R\$) - 80% do custo Adulto	Valor TOTAL PEDIÁTRICO (R\$)
Desjejum	173	35	R\$ 7,32	R\$ 1.266,36	R\$ 5,86	R\$ 205,10
Colação	173	35	R\$ 3,43	R\$ 593,39	R\$ 2,74	R\$ 95,90
Almoço	173	35	R\$ 16,90	R\$ 2.923,70	R\$ 13,52	R\$ 473,20
Merenda	173	35	R\$ 7,32	R\$ 1.266,36	R\$ 5,86	R\$ 205,10
Janta	173	35	R\$ 16,90	R\$ 2.923,70	R\$ 13,52	R\$ 473,20
Ceia	173	35	R\$ 6,06	R\$ 1.048,38	R\$ 4,85	R\$ 169,75
Total	1038	210		R\$ 10.021,89		R\$ 1.622,25



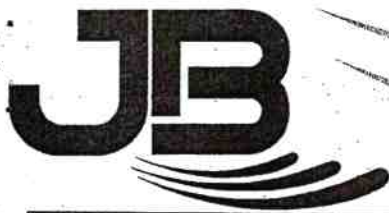
Dieta Pastosa	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (S)	Valor TOTAL ADULTO (S)	Custo Unitário PEDIATRICO (S) - 80% do valor da Dieta Adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (S)
Desjejum	173	35	RS 7,43	RS 1.285,39	RS 5,94	RS 207,90
Colação	173	35	RS 3,43	RS 593,39	RS 2,74	RS 95,90
Almoço	173	35	RS 12,20	RS 2.110,60	RS 9,76	RS 341,60
Merenda	173	35	RS 7,43	RS 1.285,39	RS 5,94	RS 207,90
Janta	173	35	RS 12,20	RS 2.110,60	RS 9,76	RS 341,60
Ceia	173	35	RS 5,71	RS 987,83	RS 4,57	RS 159,95
Total	1038	210		RS 8.373,20		RS 1.354,85
Dieta Semilíquida	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (S)	Valor TOTAL ADULTO (S)	Custo Unitário PEDIATRICO (S) - 80% do valor da Dieta Adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (S)
Desjejum	0	0	RS 7,52	RS -	RS 6,02	RS -
Colação	0	0	RS 4,43	RS -	RS 3,54	RS -
Almoço	0	0	RS 17,30	RS -	RS 13,84	RS -
Merenda	0	0	RS 6,77	RS -	RS 5,42	RS -
Janta	0	0	RS 17,30	RS -	RS 13,84	RS -
Ceia	0	0	RS 5,86	RS -	RS 4,69	RS -
Total	0	0		RS -		RS -
Dieta Líquida	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (S) - 60% da Dieta Normal Adulta	Valor TOTAL ADULTO (S)	Custo Unitário PEDIATRIA (S) - 80% do custo adulto	Valor TOTAL PEDIATRIA (S)
Desjejum	35	0	RS 3,43	RS 120,05	RS 2,74	RS -
Colação	35	0	RS 3,78	RS 132,30	RS 3,02	RS -
Almoço	35	0	RS 7,32	RS 256,20	RS 5,86	RS -
Merenda	35	0	RS 3,43	RS 120,05	RS 2,74	RS -
Janta	35	0	RS 7,32	RS 256,20	RS 5,86	RS -
Ceia	35	0	RS 4,89	RS 171,15	RS 3,91	RS -
Total	210	0		RS 1.055,95		RS -
Dieta Hipoglicídica	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (S)	Valor TOTAL ADULTO (S)	Custo Unitário PEDIATRICO (S) - 80% do custo adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (S)
Desjejum	69	0	RS 7,32	RS 505,08	RS 5,86	RS -
Colação	69	0	RS 3,43	RS 236,67	RS 2,74	RS -
Almoço	69	0	RS 16,90	RS 1.166,10	RS 13,52	RS -
Merenda	69	0	RS 7,32	RS 505,08	RS 5,86	RS -
Janta	69	0	RS 16,90	RS 1.166,10	RS 13,52	RS -
Ceia	69	0	RS 6,06	RS 418,14	RS 4,85	RS -
Total	414	0		RS 3.997,17		RS -

W

D

CP

AR

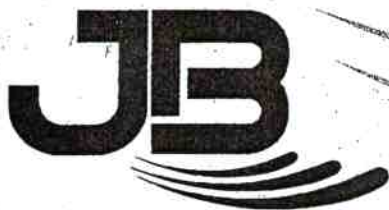


Dieta Hipoprotéica	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (\$)	Valor TOTAL ADULTO (\$)	Custo Unitário PEDIATRICO (\$)- 80% do custo adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (\$)
Desjejum	0	0	RS 7,32	RS -	RS 5,86	RS -
Colação	0	0	RS 3,43	RS -	RS 2,74	RS -
Almoço	0	0	RS 16,90	RS -	RS 13,52	RS -
Merenda	0	0	RS 7,32	RS -	RS 5,86	RS -
Janta	0	0	RS 16,90	RS -	RS 13,52	RS -
Ceia	0	0	RS 6,06	RS -	RS 4,85	RS -
Total	0	0		RS -		RS -
Dieta Hipossódica	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (\$)	Valor TOTAL ADULTO (\$)	Custo Unitário PEDIATRICO (\$)- 80% do custo adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (\$)
Desjejum	173	0	RS 7,32	RS 1.266,36	RS 5,86	RS -
Colação	173	0	RS 3,43	RS 593,39	RS 2,74	RS -
Almoço	173	0	RS 16,90	RS 2.923,70	RS 13,52	RS -
Merenda	173	0	RS 7,32	RS 1.266,36	RS 5,86	RS -
Janta	173	0	RS 16,90	RS 2.923,70	RS 13,52	RS -
Ceia	173	0	RS 6,06	RS 1.048,38	RS 4,85	RS -
Total	1038	0		RS 10.021,89		RS -
Dieta Hipolipídica	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (\$)	Valor TOTAL ADULTO (\$)	Custo Unitário PEDIATRICO (\$)- 80% do custo adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (\$)
Desjejum	0	0	RS 7,89	RS -	RS 6,31	RS -
Colação	0	0	RS 3,77	RS -	RS 3,02	RS -
Almoço	0	0	RS 17,30	RS -	RS 13,84	RS -
Merenda	0	0	RS 7,27	RS -	RS 5,82	RS -
Janta	0	0	RS 17,30	RS -	RS 13,84	RS -
Ceia	0	0	RS 6,09	RS -	RS 4,87	RS -
Total	0	0		RS -		RS -
Dieta Isenta De Lactose	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (\$)	Valor TOTAL ADULTO (\$)	Custo Unitário PEDIATRICO (\$)- 80% do custo adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (\$)
Desjejum	0	0	RS 7,89	RS -	RS 6,31	RS -
Colação	0	0	RS 3,77	RS -	RS 3,02	RS -
Almoço	0	0	RS 17,30	RS -	RS 13,84	RS -
Merenda	0	0	RS 7,27	RS -	RS 5,82	RS -
Janta	0	0	RS 17,30	RS -	RS 13,84	RS -
Ceia	0	0	RS 6,09	RS -	RS 4,87	RS -
Total	0	0		RS -		RS -
Total MENSAL	10951	420	RS	97.122,24	RS	29775,10
Total MENSAL (A+P)	11371		RS			100.099,54
TOTAL GLOBAL (180 DIAS)	68226		RS			600.596,04

W

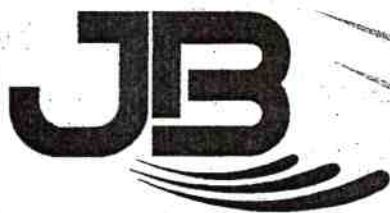
D
C

BR



LOTE 1 - UPA III - NOVA JICAÇÓ - BOTAFOGO

TIPO DA REFEIÇÃO	ESTIMATIVA MENSAL DE CONSUMO		VALORES (S)			
Dieta Normal	FUNCIONARIOS ASSISTENCIA		CUSTO UNITARIO (S)		VALOR TOTAL (S)	
Desjejum	1518		RS	5,71	RS	8.667,78
Colação	0		RS	6,30	RS	-
Almoço	1518		RS	12,20	RS	18.519,60
Merenda	966		RS	5,71	RS	5.515,86
Janta	966		RS	12,20	RS	11.785,20
Ceia	0		RS	8,16	RS	-
Total	4968				RS	44.488,44
Dieta Normal	FUNCIONARIOS ADMINISTRATIVOS		CUSTO UNITARIO (S)		VALOR TOTAL (S)	
Desjejum	656		RS	5,71	RS	3.745,76
Colação	0		RS	6,30	RS	-
Almoço	656		RS	12,20	RS	8.003,20
Merenda	414		RS	5,71	RS	2.363,94
Janta	414		RS	12,20	RS	5.050,80
Ceia	0		RS	8,15	RS	-
Total	2140				RS	19.163,70
Dieta Normal	ACOMPANHANTES		CUSTO UNITARIO (S)		VALOR TOTAL (S)	
Desjejum	35		RS	5,71	RS	199,85
Colação	0		RS	6,30	RS	-
Almoço	35		RS	12,20	RS	427,00
Merenda	0		RS	5,71	RS	-
Janta	35		RS	12,20	RS	427,00
Ceia	0		RS	8,15	RS	-
Total	105				RS	1.053,85
Dieta Normal	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitario ADULTO (S)	Valor TOTAL ADULTO (S)	Custo Unitario PEDIATRICO (S) - 80% do custo Adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (S)
Desjejum	0	0	RS 5,71	RS -	RS 4,57	RS -
Colação	0	0	RS 6,30	RS -	RS 5,04	RS -
Almoço	0	0	RS 12,20	RS -	RS 9,76	RS -
Merenda	0	0	RS 5,71	RS -	RS 4,57	RS -
Janta	0	0	RS 12,20	RS -	RS 9,76	RS -
Ceia	0	0	RS 8,15	RS -	RS 6,52	RS -
Total	0	0		RS -		RS -
Dieta Branda	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitario ADULTO (S)	Valor TOTAL ADULTO (S)	Custo Unitario PEDIATRICO (S) - 80% do custo Adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (S)
Desjejum	173	35	RS 7,32	RS 1.266,36	RS 5,86	RS 205,10
Colação	173	35	RS 3,43	RS 593,39	RS 2,74	RS 95,90
Almoço	173	35	RS 16,90	RS 2.923,70	RS 13,52	RS 473,20
Merenda	173	35	RS 7,32	RS 1.266,36	RS 5,86	RS 205,10
Janta	173	35	RS 16,90	RS 2.923,70	RS 13,52	RS 473,20
Ceia	173	35	RS 6,06	RS 1.048,38	RS 4,85	RS 169,75
Total	1038	210		RS 10.021,89		RS 1.622,25



Dieta Pastosa	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (S)	Valor TOTAL ADULTO (S)	Custo Unitário PEDIATRICO (S) - 80% do valor da Dieta Adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (S)
Desjejum	173	35	RS 7,43	RS 1.285,39	RS 5,94	RS 207,90
Colação	173	35	RS 3,43	RS 593,39	RS 2,74	RS 95,90
Almoço	173	35	RS 12,20	RS 2.110,60	RS 9,76	RS 341,60
Merenda	173	35	RS 7,43	RS 1.285,39	RS 5,94	RS 207,90
Janta	173	35	RS 12,20	RS 2.110,60	RS 9,76	RS 341,60
Ceia	173	35	RS 5,71	RS 987,83	RS 4,57	RS 159,95
Total	1038	210		RS 8.373,20		RS 1.354,85
Dieta Semilíquida	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (S)	Valor TOTAL ADULTO (S)	Custo Unitário PEDIATRICO (S) - 80% do valor da Dieta Adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (S)
Desjejum	0	0	RS 7,52	RS -	RS 6,02	RS -
Colação	0	0	RS 4,43	RS -	RS 3,54	RS -
Almoço	0	0	RS 17,30	RS -	RS 13,84	RS -
Merenda	0	0	RS 6,77	RS -	RS 5,42	RS -
Janta	0	0	RS 17,30	RS -	RS 13,84	RS -
Ceia	0	0	RS 5,86	RS -	RS 4,69	RS -
Total	0	0		RS -		RS -
Dieta Líquida	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (S) - 60% da Dieta Normal Adulta	Valor TOTAL ADULTO (S)	Custo Unitário PEDIATRICO (S) - 80% do custo adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (S)
Desjejum	35	0	RS 3,43	RS 120,05	RS 2,74	RS -
Colação	35	0	RS 3,78	RS 132,30	RS 3,02	RS -
Almoço	35	0	RS 7,32	RS 256,20	RS 5,86	RS -
Merenda	35	0	RS 3,43	RS 120,05	RS 2,74	RS -
Janta	35	0	RS 7,32	RS 256,20	RS 5,86	RS -
Ceia	35	0	RS 4,89	RS 171,15	RS 3,91	RS -
Total	210	0		RS 1.055,95		RS -
Dieta Hipoglicídica	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (S)	Valor TOTAL ADULTO (S)	Custo Unitário PEDIATRICO (S) - 80% do custo adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (S)
Desjejum	69	0	RS 7,32	RS 505,08	RS 5,86	RS -
Colação	69	0	RS 3,43	RS 236,67	RS 2,74	RS -
Almoço	69	0	RS 16,90	RS 1.166,10	RS 13,52	RS -
Merenda	69	0	RS 7,32	RS 505,08	RS 5,86	RS -
Janta	69	0	RS 16,90	RS 1.166,10	RS 13,52	RS -
Ceia	69	0	RS 6,06	RS 418,14	RS 4,85	RS -
Total	414	0		RS 3.997,17		RS -

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the table.

Handwritten signature in black ink at the bottom right of the page.



Dieta Hipoproteica	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (\$)	Valor TOTAL ADULTO (\$)	Custo Unitário PEDIATRICO (\$)-80% do custo adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (\$)
Desjejum	0	0	R\$ 7,32	R\$ -	R\$ 5,86	R\$ -
Colação	0	0	R\$ 3,43	R\$ -	R\$ 2,74	R\$ -
Almoço	0	0	R\$ 16,90	R\$ -	R\$ 13,52	R\$ -
Merenda	0	0	R\$ 7,32	R\$ -	R\$ 5,86	R\$ -
Janta	0	0	R\$ 16,90	R\$ -	R\$ 13,52	R\$ -
Ceia	0	0	R\$ 6,06	R\$ -	R\$ 4,85	R\$ -
Total	0	0		R\$ -		R\$ -
Dieta Hipossodica	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (\$)	Valor TOTAL ADULTO (\$)	Custo Unitário PEDIATRICO (\$)-80% do custo adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (\$)
Desjejum	173	0	R\$ 7,32	R\$ 1.266,36	R\$ 5,86	R\$ -
Colação	173	0	R\$ 3,43	R\$ 593,39	R\$ 2,74	R\$ -
Almoço	173	0	R\$ 16,90	R\$ 2.923,70	R\$ 13,52	R\$ -
Merenda	173	0	R\$ 7,32	R\$ 1.266,36	R\$ 5,86	R\$ -
Janta	173	0	R\$ 16,90	R\$ 2.923,70	R\$ 13,52	R\$ -
Ceia	173	0	R\$ 6,06	R\$ 1.048,38	R\$ 4,85	R\$ -
Total	1038	0		R\$ 10.021,89		R\$ -
Dieta Hipolipidica	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (\$)	Valor TOTAL ADULTO (\$)	Custo Unitário PEDIATRICO (\$)-80% do custo adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (\$)
Desjejum	0	0	R\$ 7,89	R\$ -	R\$ 6,31	R\$ -
Colação	0	0	R\$ 3,77	R\$ -	R\$ 3,02	R\$ -
Almoço	0	0	R\$ 17,30	R\$ -	R\$ 13,84	R\$ -
Merenda	0	0	R\$ 7,27	R\$ -	R\$ 5,82	R\$ -
Janta	0	0	R\$ 17,30	R\$ -	R\$ 13,84	R\$ -
Ceia	0	0	R\$ 6,09	R\$ -	R\$ 4,87	R\$ -
Total	0	0		R\$ -		R\$ -
Dieta Isenta De Lactose	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (\$)	Valor TOTAL ADULTO (\$)	Custo Unitário PEDIATRICO (\$)-80% do custo adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (\$)
Desjejum	0	0	R\$ 7,89	R\$ -	R\$ 6,31	R\$ -
Colação	0	0	R\$ 3,77	R\$ -	R\$ 3,02	R\$ -
Almoço	0	0	R\$ 17,30	R\$ -	R\$ 13,84	R\$ -
Merenda	0	0	R\$ 7,27	R\$ -	R\$ 5,82	R\$ -
Janta	0	0	R\$ 17,30	R\$ -	R\$ 13,84	R\$ -
Ceia	0	0	R\$ 6,09	R\$ -	R\$ 4,87	R\$ -
Total	0	0		R\$ -		R\$ -
Total MENSAL	10951	420	R\$	97.122,24	R\$	2.977,10
Total MENSAL (A+P)	11371		R\$			100.099,34
TOTAL GLOBAL (180 DIAS)	68226		R\$			600.596,04



HOTEL IUPATI - MESQUITA

TIPO DA REFEIÇÃO	ESTIMATIVA MENSAL DE CONSUMO		VALORES (R\$)			
Dieta Normal	FUNCIONÁRIOS ASSISTÊNCIA		CUSTO UNITÁRIO (R\$)		VALOR TOTAL (R\$)	
Desjejum	1518		R\$	5,71	R\$	8.667,78
Colação	0		R\$	6,30	R\$	-
Almoço	1518		R\$	12,20	R\$	18.519,60
Merenda	966		R\$	5,71	R\$	5.515,86
Janta	966		R\$	12,20	R\$	11.785,20
Ceia	0		R\$	8,16	R\$	-
Total	4968				R\$	44.488,44
Dieta Normal	FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS		CUSTO UNITÁRIO (R\$)		VALOR TOTAL (R\$)	
Desjejum	656		R\$	5,71	R\$	3.745,76
Colação	0		R\$	6,30	R\$	-
Almoço	656		R\$	12,20	R\$	8.003,20
Merenda	414		R\$	5,71	R\$	2.363,94
Janta	414		R\$	12,20	R\$	5.050,80
Ceia	0		R\$	8,15	R\$	-
Total	2140		R\$		R\$	19.163,70
Dieta Normal	ACOMPANHANTES		CUSTO UNITÁRIO (R\$)		VALOR TOTAL (R\$)	
Desjejum	35		R\$	5,71	R\$	199,85
Colação	0		R\$	6,30	R\$	-
Almoço	35		R\$	12,20	R\$	427,00
Merenda	0		R\$	5,71	R\$	-
Janta	35		R\$	12,20	R\$	427,00
Ceia	0		R\$	8,15	R\$	-
Total	105		R\$		R\$	1.053,85
Dieta Normal	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (R\$)	Valor TOTAL ADULTO (R\$)	Custo Unitário PEDIATRICO (R\$) -80% do custo Adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (R\$)
Desjejum	0	0	R\$ 5,71	R\$ -	R\$ 4,57	R\$ -
Colação	0	0	R\$ 6,30	R\$ -	R\$ 5,04	R\$ -
Almoço	0	0	R\$ 12,20	R\$ -	R\$ 9,76	R\$ -
Merenda	0	0	R\$ 5,71	R\$ -	R\$ 4,57	R\$ -
Janta	0	0	R\$ 12,20	R\$ -	R\$ 9,76	R\$ -
Ceia	0	0	R\$ 8,15	R\$ -	R\$ 6,52	R\$ -
Total	0	0		R\$ -		R\$ -
Dieta Branda	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (R\$)	Valor TOTAL ADULTO (R\$)	Custo Unitário PEDIATRICO (R\$) -80% do custo Adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (R\$)
Desjejum	173	35	R\$ 7,32	R\$ 1.266,36	R\$ 5,86	R\$ 205,10
Colação	173	35	R\$ 3,43	R\$ 593,39	R\$ 2,74	R\$ 95,90
Almoço	173	35	R\$ 16,90	R\$ 2.923,70	R\$ 13,52	R\$ 473,20
Merenda	173	35	R\$ 7,32	R\$ 1.266,36	R\$ 5,86	R\$ 205,10
Janta	173	35	R\$ 16,90	R\$ 2.923,70	R\$ 13,52	R\$ 473,20
Ceia	173	35	R\$ 6,06	R\$ 1.048,38	R\$ 4,85	R\$ 169,75
Total	1038	210		R\$ 10.021,89		R\$ 1.622,25



Dieta Pastosa	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (S)	Valor TOTAL ADULTO (S)	Custo Unitário PEDIATRICO (S) - 80% do valor da Dieta Adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (S)
Desjejum	173	35	RS 7,43	RS 1.285,39	RS 5,94	RS 207,90
Colação	173	35	RS 3,43	RS 593,39	RS 2,74	RS 95,90
Almoço	173	35	RS 12,20	RS 2.110,60	RS 9,76	RS 341,60
Merenda	173	35	RS 7,43	RS 1.285,39	RS 5,94	RS 207,90
Janta	173	35	RS 12,20	RS 2.110,60	RS 9,76	RS 341,60
Ceia	173	35	RS 5,71	RS 987,83	RS 4,57	RS 159,95
Total	1038	210		RS 8.373,20		RS 1.354,85
Dieta Semilíquida	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (S)	Valor TOTAL ADULTO (S)	Custo Unitário PEDIATRICO (S) - 80% do valor da Dieta Adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (S)
Desjejum	0	0	RS 7,52	RS -	RS 6,02	RS -
Colação	0	0	RS 4,43	RS -	RS 3,54	RS -
Almoço	0	0	RS 17,30	RS -	RS 13,84	RS -
Merenda	0	0	RS 6,77	RS -	RS 5,42	RS -
Janta	0	0	RS 17,30	RS -	RS 13,84	RS -
Ceia	0	0	RS 5,86	RS -	RS 4,69	RS -
Total	0	0		RS -		RS -
Dieta Líquida	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (S) - 60% da Dieta Normal Adulta	Valor TOTAL ADULTO (S)	Custo Unitário PEDIATRIA (S) - 80% do custo adulto	Valor TOTAL PEDIATRIA (S)
Desjejum	35	0	RS 3,43	RS 120,05	RS 2,74	RS -
Colação	35	0	RS 3,78	RS 132,30	RS 3,02	RS -
Almoço	35	0	RS 7,32	RS 256,20	RS 5,86	RS -
Merenda	35	0	RS 3,43	RS 120,05	RS 2,74	RS -
Janta	35	0	RS 7,32	RS 256,20	RS 5,86	RS -
Ceia	35	0	RS 4,89	RS 171,15	RS 3,91	RS -
Total	210	0		RS 1.055,95		RS -
Dieta Hipoglicídica	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitário ADULTO (S)	Valor TOTAL ADULTO (S)	Custo Unitário PEDIATRICO (S) - 80% do custo adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (S)
Desjejum	69	0	RS 7,32	RS 505,08	RS 5,86	RS -
Colação	69	0	RS 3,43	RS 236,67	RS 2,74	RS -
Almoço	69	0	RS 16,90	RS 1.166,10	RS 13,52	RS -
Merenda	69	0	RS 7,32	RS 505,08	RS 5,86	RS -
Janta	69	0	RS 16,90	RS 1.166,10	RS 13,52	RS -
Ceia	69	0	RS 6,06	RS 418,14	RS 4,85	RS -
Total	414	0		RS 3.997,17		RS -

WJ

AD

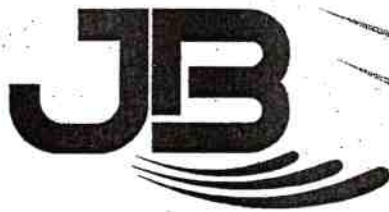
CD

AS



Dieta Hipoproteica	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitario ADULTO (\$)	Valor TOTAL ADULTO (\$)	Custo Unitario PEDIATRICO (\$)- 80% do custo adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (\$)
Desjejum	0	0	RS 7,32	RS -	RS 5,86	RS -
Colação	0	0	RS 3,43	RS -	RS 2,74	RS -
Almoço	0	0	RS 16,90	RS -	RS 13,52	RS -
Merenda	0	0	RS 7,32	RS -	RS 5,86	RS -
Janta	0	0	RS 16,90	RS -	RS 13,52	RS -
Ceia	0	0	RS 6,06	RS -	RS 4,85	RS -
Total	0	0		RS -		RS -
Dieta Hipossódica	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitario ADULTO (\$)	Valor TOTAL ADULTO (\$)	Custo Unitario PEDIATRICO (\$)- 80% do custo adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (\$)
Desjejum	173	0	RS 7,32	RS 1.266,36	RS 5,86	RS -
Colação	173	0	RS 3,43	RS 593,39	RS 2,74	RS -
Almoço	173	0	RS 16,90	RS 2.923,70	RS 13,52	RS -
Merenda	173	0	RS 7,32	RS 1.266,36	RS 5,86	RS -
Janta	173	0	RS 16,90	RS 2.923,70	RS 13,52	RS -
Ceia	173	0	RS 6,06	RS 1.048,38	RS 4,85	RS -
Total	1038	0		RS 10.021,89		RS -
Dieta Hipolipídica	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitario ADULTO (\$)	Valor TOTAL ADULTO (\$)	Custo Unitario PEDIATRICO (\$)- 80% do custo adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (\$)
Desjejum	0	0	RS 7,89	RS -	RS 6,31	RS -
Colação	0	0	RS 3,77	RS -	RS 3,02	RS -
Almoço	0	0	RS 17,30	RS -	RS 13,84	RS -
Merenda	0	0	RS 7,27	RS -	RS 5,82	RS -
Janta	0	0	RS 17,30	RS -	RS 13,84	RS -
Ceia	0	0	RS 6,09	RS -	RS 4,87	RS -
Total	0	0		RS -		RS -
Dieta Isenta De Lactose	Paciente ADULTO	Paciente PEDIATRIA	Custo Unitario ADULTO (\$)	Valor TOTAL ADULTO (\$)	Custo Unitario PEDIATRICO (\$)- 80% do custo adulto	Valor TOTAL PEDIATRICO (\$)
Desjejum	0	0	RS 7,89	RS -	RS 6,31	RS -
Colação	0	0	RS 3,77	RS -	RS 3,02	RS -
Almoço	0	0	RS 17,30	RS -	RS 13,84	RS -
Merenda	0	0	RS 7,27	RS -	RS 5,82	RS -
Janta	0	0	RS 17,30	RS -	RS 13,84	RS -
Ceia	0	0	RS 6,09	RS -	RS 4,87	RS -
Total	0	0		RS -		RS -
Total MENSAL	10951	420	RS	97.122,24	RS	2.977,10
Total MENSAL (A+P)		11371	RS			400.099,34
TOTAL GLOBAL (180 DIAS)		68226	RS			600.596,04

W
D
P

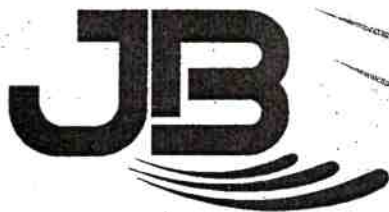
**ANEXO II - A**

DESCRIÇÃO	UNIDADE	(R\$) VALOR UNITÁRIO
1- Água de coco natural	Litro	R\$6,56
2- Água mineral industrializada c/ ou s/gás	Copo 200 ml	R\$0,55
3- Água mineral industrializada c/ ou s/ gás	Gf. 500 ml	R\$0,79
4- Água mineral industrializado galão 20 litros	Unid	R\$9,55
5- Balas de frutas (pç)	5 g	R\$0,05
6- Bebidas isotônicas	473 ml	R\$8,46
7- Biscoito doce ou salgado (cream cracker, polvilho, sequilho, waffle)	50 g.	R\$1,92
8- Bolo industrializado	45g	R\$0,52
9- Chá ou mate (com ou sem açúcar ou adoçante)	Litro	R\$3,45
10- Copo descartável 200 ml com tampa própria, cartela c/100 und	Unid	R\$12,65
11- Frasco diet de 300 a 500 ml	Unid	R\$1,37
12.1- Abacaxi	150g	R\$1,17
12.2- Ameixa seca	150g	R\$9,58
12.3- Banana	150g	R\$0,69
12.4- Laranja	150g	R\$0,59
12.5- Maçã	150 g	R\$0,95
12.6- Mamão	150 g	R\$0,85
12.7- Melancia	150g	R\$0,39
12.8- Melão	150 g	R\$0,83
12.9- Pêra	150 g	R\$2,42
13- Gelatina comum	100g	R\$0,29
14- Gelatina dietética	100g	R\$0,35
15- Gelatina comum (80g) + creme de leite (20g)	100g	R\$0,58
16- Geleia de frutas ou diet. (porção de 15g)	Unid	R\$0,40
17- Geleia de mocotó	80g	R\$1,04
18- Iogurte dietético com polpa de fruta ou natural (100ml)	Unid	R\$1,56
19- Iogurte com polpa de fruta ou natural com leite desnatado ou in	Unid	R\$2,50
20- Iogurte com frutas e cereal 200ml	Unid	R\$2,50
21- Leite com chocolate ou similar	Litro	R\$5,85
22- Leite fermentado com lactobacilos (80g)	Unid	R\$1,32
23- Leite de vaca, tipo "longa vida" (Integral, desnatado, semidesnat	Litro	R\$4,98
24- Leite com sabores (achocolatado, etc.) diversos, embalagem tetra Pack com 200 ml.	Unid	R\$0,54
25- Leite desengordurado reconstituído a partir do pó a 10%	Litro	R\$5,53
26.1- Fórmula não láctea com extrato solúvel de soja, acrescido de óleo vegetal refinado, farinha de aveia, arroz e sais minerais.	Litro	R\$24,44
26.2- Fórmula não láctea, a base de soja, sem sacarose, com L-metionina.	Litro	R\$20,70
26.3- Fórmula não láctea, a base de proteína isolada de soja, com xarope de milho, óleos vegetais, sacarose, lecitina de soja e metionina, enriquecida com ferro.	Litro	R\$20,94
26.4- Fórmula não láctea, para lactentes, à base de proteína isolada de soja, isenta de sacarose, com vitaminas e minerais.	Litro	R\$23,16



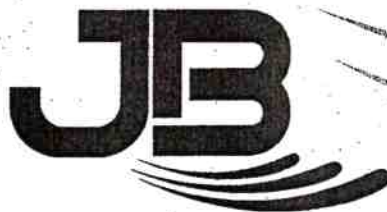
26.5- Fórmula não láctea para lactentes e crianças, isenta de sódio e, a base de proteína isolada de soja e enriquecida com L-metionina e L-carnitina, vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos.	Litro	R\$29,39
26.6- Fórmula não láctea, para lactentes e crianças, isenta de glúten, a base de proteína isolada de soja, enriquecida com L-metionina, baixa osmolaridade, suplementada com ferro, taurina, carnitina, biotina, ácido pantotênico e vitamina K.	Litro	R\$33,47
26.7- Complemento nutricional lácteo em pó hipercalórico e hiperprotéico	40g	R\$4,73
27.1- Módulo de fibras solúveis	5g	R\$3,80
27.2- Módulo com mix de fibras	5g	R\$3,05
27.3- Módulo de proteína a base de caseinato	10g	R\$2,99
27.4- Módulo de glutamina	5g	R\$7,71
27.5- Módulo de carboidrato a base de polímeros de glicose	10g	R\$2,30
27.6- Módulo de lipídeos a base de TCM com ou sem AGE	10ml	R\$4,37
27.8- Módulo de fibra prebiótica com 4 tipos de cepas probióticas	5g	R\$3,80
27.9- Espessante instantâneo para alimentos líquidos e semi-sólidos, frio ou quente	5g	R\$4,89
28- Manteiga c/ ou s/sal embalagem individual (porção de 10g)	Und	R\$0,48
29- Mel de abelha (porção de 30 ml)	Und	R\$1,09
30- Mistura nutritiva (leite integral +10% de leite em pó +5% de complemento proteico + 30% de fruta c/ ou s/ açúcar ou adoçante.	Litro	R\$22,54
31- Mingau/ mucilagem/ decoto (amido de milho, aveia, fubá, creme de arroz ou similar) com ou sem adoçante ou açúcar, com leite desnatado ou integral ou soja.	Litro	R\$7,53
32-Pão de sal ou doce (creme) ou forma ou forma light ou forma integral (50 gramas) c/ ou s/ 05 (cinco) gramas de manteiga.	Und	R\$0,58
33- Picolé de frutas	Und	R\$1,50
34- Queijo (minas, prato, ricota e outros)	30 g	R\$1,06
35- Refresco de fruta natural c/ ou s/ açúcar ou adoçante	Litro	R\$2,70
36- Salada de fruta	120 g	R\$0,81
37- Sopa creme de legumes (caldo de carne (6% + legumes B e C + farinha (3%) + manteiga (3%) + leite (6%) c/ ou s/ sal	Litro	R\$7,13
38-Sorvete cremoso ou de frutas light ou comum	110 g.	R\$3,22
39-Suco normal ou light ou soja ou soja light (diversos sabores) Tetra Pack 200ml	Und	R\$2,19
40-Suco de frutas com ou sem legumes (contendo uma ou mais qualidades de legumes e/ ou frutas com açúcar ou adoçante).	Litro	R\$13,23
41-Vitamina de frutas com ou sem legumes, com leite de vaca ou soja, com açúcar ou adoçante (contendo uma ou mais frutas e/ ou um ou mais legumes com aveia ou não).	Litro	R\$5,98

40



ANEXO III A

DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA/MÊS	
	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR
1 - Leite em pó modificado, para lactente sadio no primeiro semestre de vida, com proteínas adaptadas em sua relação caseína/proteínas solúveis, com predominância de soro do leite contendo soro desmineralizado, enriquecido com ferro, vitaminas e outros oligoelementos.	Litro	R\$ 13,75
2 - Leite em pó modificado, para lactente sadio após o sexto mês de vida, com proteínas adaptadas em sua relação caseína/proteínas solúveis, contendo soro desmineralizado, enriquecido com ferro, vitaminas e outros oligoelementos.	Litro	R\$ 16,23
3- Fórmula anti-regurgitação à base de leite, para lactentes, completa e suplementada com vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos.	Litro	R\$ 20,15
4 - Leite em pó modificado, para lactente sadio no primeiro semestre de vida, com predominância protéica de caseína, acrescido de óleo vegetal, malto - dextrina, vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos.	Litro	R\$ 20,63
5 - Leite em pó modificado, para lactente sadio a partir do sexto mês de vida, com predominância protéica de caseína, acrescido de óleo vegetal, malto-dextrina, sacarose, vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos.	Litro	R\$ 20,63
6 - Fórmula para lactentes, à base de soja, acrescida de malto- dextrina, vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos.	Litro	R\$ 20,63
7 - Fórmula para lactentes prematuros e recém-nascidos com baixo peso, contendo soro de leite desmineralizado, leite desnatado, TCM, óleos vegetais, malto- dextrina, lecitina de soja, taurina, L- carnitina, LCPUFAs, vitaminas e sais minerais.	Litro	R\$ 29,57
8 - Alimento complementar para lactentes, indicado exclusivamente para suplementar o leite materno, à base de proteína hipoalergênica, maltos e - dextrina e minerais.	Porção 5 g	R\$ 5,28
9 - Fórmula isenta de lactose, com caseína, gordura láctea, gordura vegetal, malto-dextrina e enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos.	Litro	R\$ 31,22
10 - Fórmula semi-elementar, para lactentes e crianças, à base de hidrolisado de proteína do soro do leite, com TCM, malto- dextrina, de baixa osmolalidade e enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos.	Litro	R\$ 67,74
11 - Fórmula para lactentes com problemas de má absorção, hipoalergênica e de baixa osmolalidade, contendo proteínas hidrolisadas de soja, TCM, óleo vegetal e carboidratos de fácil digestão.	Litro	R\$ 67,74
12 - Dieta elementar e hipoalergênica, com 100% de aminoácidos livres e nutricionalmente completa. Indicada para crianças desde o nascimento. Alta absorção.	Litro	R\$ 241,88

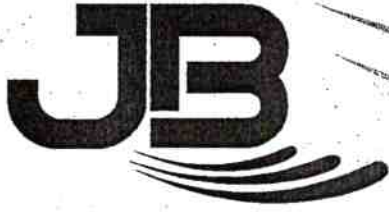


ANEXO IV - B

Relação de Equipamentos

MÍNIMO DE EQUIPAMENTOS/MOBILIÁRIOS COMPLEMENTARES NECESSÁRIOS À
EXECUÇÃO DO SERVIÇO

TIPO	QUANTIDADE	LOCAL DE USO	PREÇO
CAFETEIRA INDUSTRIAL	1	COPA	R\$ 1.155,00
LIQUIDIFICADOR	1	COPA	R\$ 520,00
SANDUICHEIRA	1	COPA	R\$ 480,00
MICROONDAS	1	COPA	R\$ 559,00
BALCÃO DE DISTRIBUIÇÃO	1	COPA	R\$ 3.000,00
GELADEIRA	1	COPA	R\$ 2.500,00
MESAS	4	COPA	R\$ 350,00
CADEIRAS	16	COPA	R\$ 140,00
BEBEDOURO	1	COPA	R\$ 1.630,00
REFRESQUEIRA	1	COPA	
BALCÃO INOX	1	COPA	R\$ 3.000,00
AR CONDICIONADO	2	COPA	R\$ 4.750,00
LIXEIRA	2	COPA	R\$ 580,00
PAPELEIRA	2	COPA	R\$ 32,00
DISPENSER DE ALCÓOL GEL	2	COPA	R\$ 27,00
			R\$ 18.723,00



ANEXO IX A - QUANTITATIVO DE MÃO DE OBRA

Distribuição Pessoal	LOTE I - UPA NOVA GUACU I (CABUÇU)		LOTE II - UPA NOVA GUACU II (BOTAFOGO)		LOTE III - UPA MESQUITA	
	12x36 Diurno		12x36 Diurno		12x36 Diurno	
	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Copeiro	2	2	2	2	2	2
Total	2	2	2	2	2	2
Total de Mão de Obra por Upa	4		4		4	

Wan



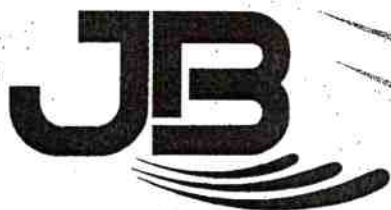
ANEXO IX B - VALOR DE MÃO DE OBRA MÍNIMO COMPOR O SERVIÇO

LOTE I - UPA I: CABUÇU			
Distribuição de Pessoal	QUANTITATIVO	CUSTO UNITÁRIO POR POSTO (R\$)	VALOR TOTAL POR POSTO (R\$)
Copeiro PLANTONISTA	4	R\$ 3.205,88	R\$ 12.823,52
Total de Mão de Obra por LOTE	4		

LOTE II - UPA II: BOTAFOGO			
Distribuição de Pessoal	QUANTITATIVO	CUSTO UNITÁRIO POR POSTO (R\$)	VALOR TOTAL POR POSTO (R\$)
Copeiro PLANTONISTA	4	R\$ 3.205,88	R\$ 12.823,52
Total de Mão de Obra por LOTE	4		

LOTE I - UPA III: MESQUITA			
Distribuição de Pessoal	QUANTITATIVO	CUSTO UNITÁRIO POR POSTO (R\$)	VALOR TOTAL POR POSTO (R\$)
Copeiro PLANTONISTA	4	R\$ 3.205,88	R\$ 12.823,52
Total de Mão de Obra por LOTE	4		

MS



ANEXO X - I
PLANILHA ABERTA DE CUSTOS REFERENTE A MÃO DE OBRA

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	PREPARO DE ALIMENTOS
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5134,25
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.427,80
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	COPEIRO - 12 X 36
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	01/01/2021

MÓDULO 1 - Composição da Remuneração		
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.427,80
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	R\$ 0,00
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	
G	Outros (especificar)	
TOTAL DO MÓDULO 1		R\$ 1.427,80

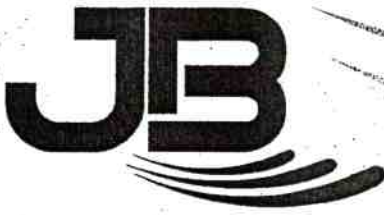
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
Submódulos 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 118,94
B	Férias e Adicional de Férias	2,78%	R\$ 39,69
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		11,11%	R\$ 158,63

Submódulos 2.2 - GPS, FGTS E Outras Contribuições		Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 317,29
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 39,66
C	SAT	0,90%	R\$ 14,28
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 23,80
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 15,86
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 9,52
G	IN CRA	0,20%	R\$ 3,17
H	FGTS	8,00%	R\$ 126,91
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		34,70%	R\$ 550,49

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 35,83
B	Auxílio Refeição/Alimentação	R\$ 186,50
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ 0,00
D	Auxílio creche	R\$ 12,78
E	Benefício social familiar - Amparo Sind. social familiar	R\$ 9,25
F	Outros (especificar)	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.3		R\$ 244,36

QUADRO - RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 158,63
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 550,49
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 244,36
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ 953,48

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 6,66
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,33%	R\$ 5,24
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,02%	R\$ 0,32
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 30,78
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso Prévio Trabalhado	0,67%	R\$ 10,63
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,77%	R\$ 12,22
TOTAL DO MÓDULO 3		4,15%	R\$ 65,85



MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			Valor (R\$)
A	Férias	8,33%	R\$ 132,15
B	Ausências Legais	0,82%	R\$ 13,01
C	Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,32
D	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 0,48
E	Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ 0,48
F	Outros (especificar)		
TOTAL SUBMÓDULO 4.1			9,23% R\$ 146,44

Submódulo 4.2 - Intrajornada			Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação		R\$ 0,00
TOTAL DO SUBMÓDULO 4.2			R\$ 0,00

QUADRO - RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
MÓDULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais		R\$ 146,44
4.2	Intrajornada		R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ 146,44

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
Insumos Diversos			Valor (R\$)
A	Uniformes		R\$ 46,63
B	Materials		R\$ 299,90
C	Equipamentos / Utensílios		
D	Outros (especificar) - Insumos Diversos		R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ 346,53

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	2,00%	R\$ 58,80
B	Lucro	3,00%	R\$ 89,97
C	Tributos	3,65%	R\$ 117,01
C.1	PIS	0,65%	R\$ 20,84
C.2	COFINS	3,00%	R\$ 96,18
C.3	ISS	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 6		8,65%	R\$ 265,78

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		R\$ 1.427,80
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 953,48
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ 65,85
D	Módulo 4 - Custo de Reposição de Profissional Ausente		R\$ 146,44
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 346,53
Subtotal (A + B + C + D + E)			R\$ 2.940,10
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$ 265,78
PREÇO TOTAL PRO EMPREGADO			R\$ 3.205,88

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the page.



ANEXO

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO

SAUN Quadra 05, Bloco C, Torre A, Brasília-DF – CEP 70040-250
Telefone: (61) 3314 831, e-mail: mpt.conalis@mpt.mp.br

NOTA TÉCNICA GT COVID-19 N. 18/2020

**SOBRE FISCALIZAÇÃO DAS NORMAS DE BIOSSEGURANÇA,
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E DE REGULARIDADE DOS
PAGAMENTOS NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TERCEIRIZADOS NA PANDEMIA DE COVID-19**

O GRUPO DE TRABALHO - GT COVID-19 – DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, de âmbito nacional, instituído pela Portaria PGT n. 470.2020 (GT COVID-19), alteradas pelas Portarias PGT n. 585, de 04 de abril de 2020 e n. 507, de 23 de março de 2020, que tem como objetivo promover e proteger a saúde do trabalhador, bem como reduzir os impactos negativos trabalhistas decorrentes da pandemia de infecções por COVID-19, com fundamento na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigos 7º, VI, XIII, XIV, XXII 127, 196, 200 na Lei Complementar n. 75/1993, artigos 5º, III, alínea "e", 6º, XX, 83, I, e 84, caput, e na Lei n. 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), expede a presente

NOTA TÉCNICA

com o objetivo de orientar os gestores públicos para que fiscalizem a observância das medidas de biossegurança e de vigilância epidemiológica em saúde do trabalhador, pelas empresas e organizações sociais prestadoras de serviços contratadas, com a adoção dos seguintes procedimentos

CONSIDERANDO a pandemia de COVID-19, decorrente do novo coronavírus (SARS- COV-2);

CONSIDERANDO que os ambientes de trabalho possibilitam o contato de trabalhadores com agentes causadores de doenças infecciosas, como COVID-19 e, diante dos riscos ocupacionais de qualquer natureza, incumbe ao empregador reduzir os riscos inerentes ao trabalho, mediante a adoção de normas de saúde e segurança do trabalho (art. 7º, XXII, da Constituição Federal);



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO

SAUN Quadra 05, Bloco C, Torre A. Brasília-DF – CEP 70040-250
Telefone: (61) 3314 831, e-mail: mpt.conalis@mpt.mp.br

CONSIDERANDO que o convívio em ambientes de trabalho pode ampliar o risco de contaminação, caso não sejam tomadas as medidas adequadas, previstas no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), tais como o fornecimento cumulativo de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), a implantação de medidas de organização do trabalho e de vigilância epidemiológica, incluída a busca ativa de casos, e a adoção de medidas que evitem a exposição ou contato direto do trabalhador com o vírus SARS-COV-2, tudo visando contribuir para a Saúde Pública, interrompendo ou minimizando a cadeia de transmissão da COVID-19;

CONSIDERANDO que o Ministério do Trabalho, atual Ministério da Economia – Secretaria Especial de Relações do Trabalho, expediu a Norma Regulamentadora (NR) nº 4, estabelecendo que as empresas privadas e públicas, os órgãos públicos da administração direta e indireta e dos poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, manterão, obrigatoriamente, Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho, dimensionados de acordo com o grau de risco da atividade principal da empresa e número total de empregados do estabelecimento;

CONSIDERANDO que algumas empresas, a depender do grau de risco da atividade e do número de empregados, são dispensadas de constituir SESMT, mas todas devem manter atendimento de saúde ocupacional, aos seus empregados, e reconhecer o risco biológico do novo coronavírus (SARS-COV-2) nos ambientes de trabalho;

CONSIDERANDO que o setor de saúde ocupacional do SESMT é responsável pelos serviços de saúde do trabalhador e pela elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), previsto na Norma Regulamentadora nº 7, do Ministério da Economia – Secretaria Especial de Relações do Trabalho;

CONSIDERANDO que a Norma Regulamentadora nº 7 prevê, em seu artigo 7.2.2, a obrigação de o serviço médico das empresas elaborar o PCMSO, no qual o médico do trabalho *“deverá considerar as questões incidentes sobre o indivíduo e a coletividade de trabalhadores, privilegiando o instrumental clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre sua saúde e o trabalho”*.

CONSIDERANDO a gravidade da COVID-19, cuja potencial transmissibilidade permeia os ambientes de trabalho, e que em cerca de 1/5 dos casos pode evoluir para suas formas mais graves

lugo

Documento assinado eletronicamente por múltiplos signatários em 02/10/2020, às 14h06min18s (horário de Brasília).
Endereço para verificação: https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/processoeletronico/consultas/valida_assinatura.php?m=2&id=5239815sca=K7QV4XAHTIRUH4FV



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO

SAUN Quadra 05, Bloco C, Torre A. Brasília-DF – CEP 70040-250
Telefone: (61) 3314 831, e-mail: mpt.conalis@mpt.mp.br

e com necessidade de internação em UTIs, com repercussão representativa no aumento no absenteísmo nas empresas e consequente reflexos no SUS, Previdência Social e Assistência Social;

CONSIDERANDO que a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST (Decreto nº7.602, de 07/11/2011) tem por objetivos a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e a prevenção de acidentes e de danos à saúde advindos, relacionados ao trabalho ou que ocorram no curso dele, por meio da eliminação ou redução dos riscos nos ambientes de trabalho;

CONSIDERANDO que a PNSST *“deverá ser implementada por meio da articulação continuada das ações de governo no campo das relações de trabalho, produção, consumo, ambiente e saúde, com a participação voluntária das organizações representativas de trabalhadores e empregadores”* (Decreto nº7.602, de 07/11/2011);

CONSIDERANDO que as ações de promoção, prevenção, assistência e vigilância em saúde são indispensáveis para redução de doenças no ambiente de trabalho e devem acontecer de maneira integrada entre Estado, empregadores e empregados;

CONSIDERANDO que compete ao SUS executar ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador, nos termos do art. 6º, I, incisos “a”, “b” e “c” e § 3º da Lei nº 8.080/90;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 6º, parágrafo 3º, incisos V e VI, da Lei 8.080/90 (*“Art. 6º - Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde: Parágrafo 3º - Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo: V – informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitadas os preceitos da ética profissional; VI- participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas.”*);

CONSIDERANDO que o art. 7º da Portaria n. 104, de 25 de janeiro de 2011, do Ministério da Saúde, estabelece que *“A notificação compulsória é obrigatória a todos os profissionais de saúde médicos, enfermeiros, odontólogos, médicos veterinários, biólogos, biomédicos, farmacêuticos e outros no exercício da profissão, bem como os responsáveis por organizações e estabelecimentos*



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO

SAUN Quadra 05, Bloco C, Torre A. Brasília-DF – CEP 70040-250
Telefone: (61) 3314 831, e-mail: mpt.conalis@mpt.mp.br

públicos e particulares de saúde e de ensino, em conformidade com os arts. 7º e 8º, da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975”.

CONSIDERANDO que a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, instituída pela Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012, *“deverá contemplar todos os trabalhadores priorizando, entretanto, pessoas e grupos em situação de maior vulnerabilidade, como aqueles inseridos em atividades ou em relações informais e precárias de trabalho, em atividades de maior risco para a saúde, submetidos a formas nocivas de discriminação, ou ao trabalho infantil, na perspectiva de superar desigualdades sociais e de saúde e de buscar a equidade na atenção”* (art. 7º).

CONSIDERANDO que a art. 67 da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) estabelece que *“a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição”* e esse representante *“anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados”*.

CONSIDERANDO que a Administração Pública deverá velar pelo cumprimento, pelas contratadas, do princípio da legalidade e poderá responsabilizar objetivamente a pessoa jurídica contratada pela prática de atos contra a administração pública, nos termos da Lei nº 12.846/2003 (Lei Anticorrupção);

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.846/2003 (Lei Anticorrupção), estabelece no art. 5º as condutas que constituem atos lesivos à Administração Pública, e entre eles estão as condutas de *“fraudar licitação ou contrato dela decorrente”* (art. 5º, inciso IV, “d”) e *“obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais”* (art. 5º, inciso IV, “f”);

CONSIDERANDO que o Brasil comprometeu-se, no âmbito internacional, a cumprir normas de *compliance* administrativo e trabalhista nas contratações que realizar (Recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE sobre integridade pública, 2017¹) e esse compromisso internacional já havia se materializado, no ordenamento jurídico nacional, na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 12.846/2013, que instituíram programas de integridade, com o objetivo de prevenir, detectar e punir uma prática de irregularidades e atos ilícitos contra a administração pública;

¹<http://acts.oecd.org/Default.aspx>

<https://www.oecd.org/gov/ethics/integrity-recommendation-brazilian-portuguese.pdf>

62

Documento assinado eletronicamente por múltiplos signatários em 02/10/2020, às 14h08min18s (horário de Brasília).
Endereço para verificação: https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/processoeletronico/consultas/valida_assinatura.php?m=2&id=5299815&ca=K7QV4XHT1R0H4P



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO

SAUN Quadra 05, Bloco C, Torre A. Brasília-DF – CEP 70040-250
Telefone: (61) 3314 831, e-mail: mpt.conalis@mpt.mp.br

CONSIDERANDO o que dispõe a Instrução Normativa nº 5, sobre as atividades administrativas de gestão e fiscalização de contratos de prestação de serviços, definindo-as como *"conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto"* (art. 39).

CONSIDERANDO que o art. 3º-J da Lei nº 13.979/2020 estabelece que *"durante a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, o poder público e os empregadores ou contratantes adotarão, imediatamente, medidas para preservar a saúde e a vida de todos os profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública"*, e elenca, em seu §1º, dentre os profissionais essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, diversos profissionais cujas funções são terceirizadas, e fazem jus a EPIs e testes (§§ 2º e 3º).

DIANTE DOS FUNDAMENTOS EXPOSTOS, O GRUPO DE TRABALHO – GT – COVID-19, no âmbito de suas atribuições, insta que gestores públicos adotem as seguintes medidas para garantir a proteção à saúde e aos demais direitos fundamentais de trabalhadores e trabalhadoras pelas empresas e organizações sociais prestadoras de serviços contratadas, durante o período da pandemia da doença infecciosa COVID-19:

1. Notificar as empresas ou organizações sociais prestadoras de serviços contratadas para:

1.1. Informarem, ao fiscal do contrato (art. 67, da Lei nº 8.666/93), os nomes dos responsáveis técnicos pela elaboração e implementação do plano de contingência para gerenciamento da pandemia de COVID-19.

1.2. Instituírem protocolos, ações de prevenção, promoção e assistência à saúde e vigilância epidemiológica no meio ambiente de trabalho, com diálogo e conteúdo idêntico ao estabelecido pelo ente público contratante.

1.3. Treinarem os membros da CIPA e do SESMT, se houver, para ações de acompanhamento e fiscalização da implementação das normas de biossegurança e vigilância epidemiológica na empresa contratada, com integração das medidas e reuniões conjuntas.

W.D.

Documento assinado eletronicamente por múltiplos signatários em 02/10/2020, às 14h08min18s (Horário de Brasília).
Endereço para verificação: https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/protocoloadministrativo/valida_assinatura.php?m=2&id=52998154ca-K7QV4XANTLRUR4PV



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO

SAUN Quadra 05, Bloco C, Torre A. Brasília-DF – CEP 70040-250
Telefone: (61) 3314 831, e-mail: mpt.conalis@mpt.mp.br

1.4. Realizarem, no mínimo, as seguintes ações de proteção dos trabalhadores do grupo de risco:

1.4.1. Elaboração da lista de nomes de empregados terceirizados que se enquadram no chamado "grupo de risco" da COVID-19, conforme definido pelo Ministério da Saúde e portarias Estaduais e Municipais.

1.4.2. Desenvolvimento de plano de proteção para esses empregados, por meio de políticas flexíveis e práticas de apoio, visando mitigar a exposição, com indicação das medidas que serão adotadas (teletrabalho, mudança de local de trabalho, concessão de férias).

1.4.3. Encaminhamento de cópia da lista referida no item 1.4. 1, com indicação da medida adotada, conforme item 1.4.2, juntamente com endereço e situação familiar do empregado (com ou sem dependentes, inclusive cônjuge em idade laborativa, conforme ficha ou livro de registro do contrato de trabalho) ao fiscal do contrato, para acompanhamento das medidas adotadas pela empresa e para a realização de vigilância epidemiológica conjunta dos setores designados, na contratante e na contratada.

1.5. Revisarem o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com registro do novo risco biológico SARS-COV-2, e inserirem nos Programas capítulo específico sobre o Plano de contingência, o qual deverá conter, entre outras iniciativas:

1.5.1. Cronograma de acompanhamento das ações e resultados dos programas.

1.5.2. *Check-list* de todos os locais e postos de trabalho dos terceirizados no ente público, com exposição potencial ao COVID-19.

1.5.3. Lista atualizada dos trabalhadores e clientes, que deverá ser encaminhada ao CEREST e órgãos de fiscalização, quando solicitado.

1.5.4. Criação de protocolos de barreiras sanitárias, com triagem epidemiológica e controle da temperatura ou de oxigenação, mediante utilização de termômetro e oxímetro.

1.5.5. Indicação da prática de verificações diárias de saúde, pessoalmente ou por meio virtual (ex: triagem de sintomas e temperatura).

1.5.6. Indicação de práticas constantes de higienização dos locais de trabalho (ambiente, superfícies,

67



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO

SAUN Quadra 05, Bloco C, Torre A. Brasília-DF – CEP 70040-250

Telefone: (61) 3314 831, e-mail: mpt.conalis@mpt.mp.br

equipamentos e instrumentos de trabalho) e dos locais com grande circulação de pessoas, conforme protocolos estabelecidos pelos órgãos públicos de saúde.

1.5.7. Indicação da busca ativa de casos suspeitos de COVID-19, com caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce do agravo à saúde relacionada ao trabalho.

1.5.8. Indicação da implementação de políticas e práticas de distanciamento social no trabalho.

1.5.9. Indicação de fornecimento de EPIs com Certificado de Aprovação e instalação de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) que previnam o contágio do novo coronavírus, causador da COVID-19.

1.5.10. Indicação de incentivo ao uso de coberturas faciais pelos empregados no local de trabalho.

1.5.11. Indicação de implementação de ventilação natural dos ambientes de trabalho e, nos locais com ar condicionado, implementação de Plano de Manutenção, Operação e Controle de Ar Condicionado (PMOC), previsto na Lei nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018 e na Resolução nº 9, de 16 de janeiro de 2003, da Anvisa.

1.6. Realizarem ações de manejo dos casos de síndrome gripal e dos casos suspeitos e confirmados de COVID-19, observando as seguintes práticas:

1.6.1. Criação de um protocolo para atendimento e encaminhamento de informações de casos suspeitos e confirmados ao CEREST e à Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde, com explicitação da ocorrência (setor onde ocorreu, trabalhadores do setor, interações com outros setores de trabalho etc.) e providências adotadas de fluxo de rastreabilidade do infectado (meio social do trabalhador doente), inclusive contatos familiares e vínculos de emprego dos familiares, se houver, ou atividade profissional autônoma.

1.6.2. O protocolo de monitoramento diário, pelo serviço médico da empresa, dos empregados sintomáticos, suspeitos ou confirmados, que estejam em isolamento, para avaliação da progressão ou agravamento dos sintomas, também deverá contemplar a previsão de inserção dos dados do trabalhador com suspeita ou diagnóstico de COVID-19 na plataforma SINAN², cujo preenchimento pode ser realizado por qualquer

²Disponível no sítio eletrônico: notifica.saude.gov.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO

SAUN Quadra 05, Bloco C, Torre A. Brasília-DF – CEP 70040-250
Telefone: (61) 3314 831, e-mail: mpt.conalis@mpt.mp.br

empregado da empresa prestadora de serviços terceirizados, resguardando-se o sigilo médico.

1.6.3. A busca ativa dos casos, envolvendo a identificação dos casos, testagem, seguida do afastamento e encaminhamento aos cuidados médicos necessários e rastreamento dos contatos, possibilitando diagnóstico precoce do agravo à saúde relacionada ao trabalho.

1.6.4. Protocolo de testagem dos empregados, de acordo com a abordagem clínico-epidemiológica do PCMSO, contemplando periodicidade, critérios eletivos, critérios de interpretação e hipóteses de retestagem.

1.6.5. Criação de um protocolo de atuação conjunta do serviço médico do (a) prestadora de serviços com o serviço especializado em medicina do trabalho, ou equivalente, do (a) tomador (a) de serviços, com exigência de mesmo padrão de segurança e de afastamento dos trabalhadores, pelo período de isolamento e monitoramento ou afastamento de contatos próximos no trabalho, no tomador de serviços e os seus contatos domiciliares.

1.6.6. A criação de um protocolo para verificação de quais empregados podem ter sido expostos ao SARS-COV-2 por meio de contato com o caso confirmado e, pois, que necessitam de precauções adicionais, acompanhamento e afastamento do local de trabalho.

1.6.7. Notificação dos casos suspeitos e confirmados de COVID-19, pelo profissional de saúde designado pela empresa prestadora de serviços terceirizados, ao Sistema Nacional de Agravos de Notificação Compulsória (SINAN) e comunicação ao fiscal do contrato da realização da referida notificação, entregando-lhe a respectiva comprovação.

1.7. Realizarem ações de comunicação e treinamentos aos empregados, como as que seguem:

1.7.1. Criação de manual ou *cards* eletrônicos com informações aos empregados sobre as medidas que devem tomar para proteção da contaminação pelo SARS-COV-2 no trabalho, inclusive quanto ao uso e conservação de máscara de uso profissional.

1.7.2. Comunicação do plano de contingência aos trabalhadores e realização de treinamentos constantes, referentes ao tema COVID-19, especialmente com momento para diálogo com os seus trabalhadores (ex: políticas de redução da propagação do vírus; higiene



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO

SAUN Quadra 05, Bloco C, Torre A. Brasília-DF – CEP 70040-250
Telefone: (61) 3314 831, e-mail: mpt.conalis@mpt.mp.br

geral; medidas de proteção coletiva disponíveis; sintomas, o que fazer se estiver doente, limpeza e desinfecção; distanciamento social; gerenciamento de estresse, entre outros).

1.7.3. Expedição de comunicações eletrônicas diárias referentes ao tema COVID-19.

2. Adoção das seguintes medidas, a cargo dos membros da comissão de licitação e contratos, gestores e fiscais de contratos:

2.1. Inserir, expressamente, nos editais e contratos de prestação de serviços, a obrigação de fornecimento de EPIs, com Certificado de Aprovação (CA), emitido pela Secretaria Especial do Trabalho do Ministério da Economia.

2.2. Inserir, expressamente, nos editais e contratos de prestação de serviços, a obrigação de atualização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PPRA) e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com reconhecimento do risco biológico SARS-COV-2, e as medidas de biossegurança e vigilância epidemiológica a serem implementadas, para cada tomador de serviços.

2.3. Inserir, nos contratos de prestação de serviços que firmar, e em ata de reunião com a contratada, nos contratos em curso, a obrigação de atualização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PPRA) e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), na forma do item 2.2, e a obrigação de emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), nos casos em que trabalhadores forem confirmados com a COVID-19 ou estiverem sob suspeita, nos termos do art. 169 da CLT, e de notificação ao Sistema Nacional de Agravos de Notificação Compulsória (SINAN).

2.4. Exigir que as empresas contratadas designem formalmente, nos contratos de prestação de serviços, um preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, com poderes e deveres em relação à execução do objeto do contrato (art. 44 da IN 5, do Ministério do Planejamento, atual Ministério da Economia) e, especialmente, para comunicar à administração pública os casos em que os seus empregados sofreram acidentes de trabalho, acidentes de trajeto e doenças do trabalho, como a COVID-19.

2.5. Estabelecer, nos contratos de prestação de serviços, que a falta de emissão de CAT e notificação ao SINAN e de adoção de medidas para investigar as causas dos acidentes de trabalho e doenças do trabalho, como a COVID-19, será considerada falta grave, e ensejará a rescisão contratual, diante do permissivo legal que possibilita à administração



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO

SAUN Quadra 05, Bloco C, Torre A. Brasília-DF – CEP 70040-250
Telefone: (61) 3314 831, e-mail: mpt.conalis@mpt.mp.br

pública estabelecer "os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas" (art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93).

2.6. Sem prejuízo da responsabilidade civil, penal e administrativa da contratada, e da cobrança da multa prevista no instrumento contratual, entregar aos trabalhadores encontrados sem EPIs no local de trabalho, os EPIs adequados, efetuando a compensação ou glosa do valor correspondente, na planilha de custos e formação de preços do contrato, se nela já constar valores específicos para os EPIs que os empregados não estavam usando, por incúria da prestadora de serviços.

2.7. Solicitar a entrega dos comprovantes de testagem dos trabalhadores, ou estabelecer com a contratada a obrigação compartilhada de realização de testes para a detecção do vírus da COVID-19 (RT-PCR), com compensação de valores no contrato de prestação de serviços, conforme a distribuição da responsabilidade econômica estabelecida no contrato ou em aditivo.

2.8. Solicitar a entrega, pela contratada, de declaração de que seus empregados não estão recebendo o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, com redução proporcional da jornada de trabalho e do salário ou suspensão do contrato de trabalhos, de que trata a Lei nº 14.020/2020.

2.8.1. Em caso da empresa não emitir a declaração referida no item 2.8 e informar que mantém empregados inscritos no Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, solicitar lista com os nomes e CPF dos empregados da contratada que estejam trabalhando com redução de jornada de trabalho ou suspensão de contrato de trabalho, nos termos do referido Programa.

2.8.2. Apresentada a lista, e verificando-se que há redução da jornada de trabalho no órgão tomador do serviço, efetuar a respectiva glosa do valor correspondente à redução proporcional do salário e da jornada de trabalho, por ocasião do pagamento da fatura de prestação de serviços.

2.8.3. Apresentada a lista, e verificando-se que há suspensão do contrato de trabalho, mas há prestação de serviços pelo empregado ao órgão público, notificar a empresa para efetuar o pagamento integral da remuneração ao(s) empregado(s), comunicar o fato para a Superintendência Regional do Trabalho/Ministério da Economia e ao Ministério Público do Trabalho e rescindir o contrato de prestação de serviços



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO

SAUN Quadra 05, Bloco C, Torre A. Brasília-DF – CEP 70040-250
Telefone: (61) 3314 831, e-mail: mpt.conalis@mpt.mp.br

Brasília, 30 de setembro de 2020.

RONALDO LIMA DOS SANTOS Coordenador do GT COVID-19 Coordenador Nacional da CONALIS	MARCIA CRISTINA KAMEI LOPEZ ALIAGA Vice-Coordenadora do GT COVID-19 Coordenadora Nacional da CODEMAT
ILEANA NEIVA MOUSINHO Vice-Coordenadora do GT COVID-19 Coordenadora Nacional da CONAP	MARIANA CASAGRANDA Vice-Coordenadora Nacional da CONAP
LUCIANO LIMA LEIVAS Vice- Coordenador Nacional da CODEMAT	JEFFERSON LUIZ MACIEL RODRIGUES Vice-Coordenador Nacional da CONALIS
ADRIANE REIS DE ARAUJO Coordenadora Nacional da COORDIGUALDADE	ANA LUCIA STUMPF GONZALEZ Vice-Coordenadora Nacional da COORDIGUALDADE
ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS Coordenadora Nacional da COORDINFÂNCIA	LUCIANA MARQUES COUTINHO Vice-Coordenadora Nacional da COORDINFÂNCIA
FLÁVIA VEIGA BAULER Coordenadora Nacional da CONATPA	DALLIANA VILAR LOPES Vice-Coordenadora Nacional da CONATPA
GISELE SANTOS FERNANDESGÓES Procuradora Regional do Trabalho Coordenadora Nacional de 2º grau	TERESA CRISTINA D'ALMEIDABASTEIRO Procuradora Regional do Trabalho Vice-Coordenadora Nacional de 2º Grau
LYS SOBRAL CARDOSO Coordenadora Nacional da CONAETE	ITALVAR FILIPE DE PAIVA MEDINA Vice-Coordenador Nacional da CONAETE



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

SAUN Quadra 05, Bloco C, Torre A. Brasília-DF – CEP 70040-250
Telefone: (61) 3314 831, e-mail: mpt.conalis@mpt.mp.br

TADEU HENRIQUE LOPES DACUNHA
Coordenador Nacional da CONAFRET

CAROLINA DE PRA CAMPOREZ BUARQUE
Vice-Coordenadora Nacional da CONAFRET

h2

Documento assinado eletronicamente por múltiplos signatários em 02/11/2020, às 14h08min18s (horário de Brasília).
Endereço para verificação: https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/ProcessoEletronico/consultas/valida_assinatura.php?m=2&id=5299815&ca=K7QV4AAHTIRUH4PV



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Assinatura/Certificação do documento **PGEA 008414.2020.00.900/1 Parecer nº 002596.2020**

Signatário(a): **ILEANA NEIVA MOUSINHO**

Data e Hora: **01/10/2020 00:27:12**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **TERESA CRISTINA D ALMEIDA BASTEIRO**

Data e Hora: **01/10/2020 09:47:33**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **LUCIANO LIMA LEIVAS**

Data e Hora: **01/10/2020 09:59:21**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **LYS SOBRAL CARDOSO**

Data e Hora: **01/10/2020 13:37:17**

Assinado com login e senha

lws

Signatário(a): **MARCIA CRISTINA KAMEI LÓPEZ ALIAGA**

Data e Hora: **01/10/2020 13:38:45**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **ADRIANE REIS DE ARAUJO**

Data e Hora: **01/10/2020 14:07:21**

Assinado com login e senha

Adriane

Signatário(a): **GISELE SANTOS FERNANDES GÓES**

Data e Hora: **01/10/2020 14:11:18**

Assinado com login e senha

Gisele

Signatário(a): **DALLIANA VILAR LOPES**

Data e Hora: **01/10/2020 14:53:38**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS**

Data e Hora: **01/10/2020 15:37:53**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **CAROLINA DE PRÁ CAMPOREZ BUARQUE**

Data e Hora: **01/10/2020 17:18:33**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **LUCIANA MARQUES COUTINHO**

Data e Hora: **01/10/2020 17:35:09**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **TADEU HENRIQUE LOPES DA CUNHA**

Data e Hora: **01/10/2020 17:59:54**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **FLÁVIA OLIVEIRA VEIGA BAULER**

Data e Hora: **01/10/2020 18:16:59**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **ITALVAR FILIPE DE PAIVA MEDINA**

Data e Hora: **01/10/2020 19:23:46**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JEFFERSON LUIZ MACIEL RODRIGUES**

Data e Hora: **01/10/2020 21:12:55**

Assinado com login e senha



Signatário(a): **RONALDO LIMA DOS SANTOS**

Data e Hora: **02/10/2020 14:06:13**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **MARIANA CASAGRANDA**

Data e Hora: **02/10/2020 14:08:18**

Assinado com login e senha



Endereço para verificação do documento original: https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/processoEletronico/consultas/valida_assinatura.php?m=2&id=5299815&ca=K7QY4XAHT1RUH4PV





MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - RIO DE JANEIRO

Rua Santa Luzia nº 173, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20020-021 - Fone (21)3212-2000 - Telefone Emergência/Plantão (21)99280-0721

PA-PROMO 008368.2020.01.000/5

REQUERIDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO

Considerando a recomendação da COORDENADORIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA REGULARIDADE DO TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CONAP (Ofício-Circular nº 5121.2020) para instauração de **PROCEDIMENTO PROMOCIONAL - PROMO** com a finalidade de "emissão aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais na área de abrangência da regional e das respectivas PTMs, a Nota Técnica 18/2020 do GT-COVID-19 que trata sobre fiscalização das normas de biossegurança, vigilância epidemiológica e de regularidade dos pagamentos nos contratos de prestação de serviços terceirizados na pandemia de covid-19, realizando o acompanhamento do seu cumprimento em procedimento promocional instaurado para tal fim"; determino:

1- a instauração de **PROCEDIMENTO PROMOCIONAL (PROMO)**, para **encaminhar a Nota Técnica 18/2020 do GT-COVID-19**, que trata sobre fiscalização das normas de biossegurança, vigilância epidemiológica e de regularidade dos pagamentos nos contratos de prestação de serviços terceirizados na pandemia de covid-19, assim como para acompanhar o seu cumprimento em relação ao ESTADO DO RIO DE JANEIRO, publicando-se a competente portaria;

2- Notifique-se o ESTADO DO RIO DE JANEIRO, **remetendo-lhe cópia do ofício citado acima (Doc n.º 025033.2020) e da NOTA TÉCNICA GT COVID-19 N. 18/2020 (Doc n.º 025034.2020)**, requisitando-lhe que, no prazo de 30 dias, apresente manifestação e a comprovação das medidas necessárias ao atendimento da referida nota técnica, replicadas, inclusive, abaixo;

3- Informem, ao(s) fiscal(is) do(s) contrato(s), (art. 67, da Lei nº 8.666/93), os nomes dos responsáveis técnicos pela elaboração e implementação do plano de contingência para gerenciamento da pandemia de COVID-19, bem como notifiquem as prestadoras de serviços contratadas, também para:

4- Instituírem protocolos, ações de prevenção, promoção e assistência à saúde e vigilância epidemiológica no meio ambiente de trabalho, com diálogo e conteúdo idêntico ao estabelecido pelo ente público contratante.

hw

5- Treinarem os membros da CIPA e do SESMT, se houver, para ações de acompanhamento e fiscalização da implementação das normas de biossegurança e vigilância epidemiológica na empresa contratada, com integração das medidas e reuniões conjuntas.

6- Realizarem, no mínimo, as seguintes ações de proteção dos trabalhadores do grupo de risco:

7- Elaboração da lista de nomes de empregados terceirizados que se enquadram no chamado "grupo de risco" da COVID-19, conforme definido pelo Ministério da Saúde e portarias Estaduais e Municipais.

8- Desenvolvimento de plano de proteção para esses empregados, por meio de políticas flexíveis e práticas de apoio, visando mitigar a exposição, com indicação das medidas que serão adotadas (teletrabalho, mudança de local de trabalho, concessão de férias).

9- Encaminhamento de cópia da lista referida no item 3.4.1, com indicação da medida adotada, conforme item 3.4.2, juntamente com endereço e situação familiar do empregado (com ou sem dependentes, inclusive cônjuge em idade laborativa, conforme ficha ou livro de registro do contrato de trabalho) ao fiscal do contrato, para acompanhamento das medidas adotadas pela empresa e para a realização de vigilância epidemiológica conjunta dos setores designados, na contratante e na contratada.

10- Revisarem o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com registro do novo risco biológico SARS-COV-2, e inserirem nos Programas capítulo específico sobre o Plano de contingência, o qual deverá conter, entre outras iniciativas:

11- Criarem Cronograma de acompanhamento das ações e resultados dos programas.

12- Efetuarem Check-list de todos os locais e postos de trabalho dos terceirizados no ente público, com exposição potencial ao COVID-19.

13- Realizarem lista atualizada dos trabalhadores e clientes, que deverá ser encaminhada ao CEREST e órgãos de fiscalização, quando solicitado.

14- Criação de protocolos de barreiras sanitárias, com triagem epidemiológica e controle da temperatura ou de oxigenação, mediante utilização de termômetro e

h.m.p.

oxímetro.

15- Indicação da prática de verificações diárias de saúde, pessoalmente ou por meio virtual (ex: triagem de sintomas e temperatura).

16- Indicação de práticas constantes de higienização dos locais de trabalho (ambiente, superfícies, equipamentos e instrumentos de trabalho) e dos locais com grande circulação de pessoas, conforme protocolos estabelecidos pelos órgãos públicos de saúde.

17- Indicação da busca ativa de casos suspeitos de COVID-19, com caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce do agravo à saúde relacionada ao trabalho.

18- Indicação da implementação de políticas e práticas de distanciamento social no trabalho.

19- Indicação de fornecimento de EPIs com Certificado de Aprovação e instalação de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) que previnam o contágio do novo coronavírus, causa dor da COVID-19.

20- Indicação de incentivo ao uso de coberturas faciais pelos em pregados no local de trabalho.

21- Indicação de implementação de ventilação natural dos ambientes de trabalho e, nos locais com ar condicionado, implementação de Plano de Manutenção, Operação e Controle de ar Condicionado (PMOC), previsto na Lei nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018 e na Resolução nº 9, de 16 de janeiro de 2003, da Anvisa.

22- Realizarem ações de manejo dos casos de síndrome gripal e dos casos suspeitos e confirmados de COVID-19, observando as seguintes práticas:

23- Criação de um protocolo para atendimento e encaminhamento de informações de casos suspeitos e confirmados ao CEREST e à Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde, com explicitação da ocorrência (setor onde ocorreu, trabalhadores do setor, interações com outros setores de trabalho etc) e providências adotadas de fluxo de rastreabilidade do infectado (meio social do trabalhador doente), inclusive contatos familiares e vínculos de emprego dos familiares, se houver, ou atividade profissional autônoma.

24- O protocolo de monitoramento diário, pelo serviço médico da empresa, dos empregados sintomáticos, suspeitos ou confirmados, que estejam em isolamento, para avaliação da progressão ou agravamento dos sintomas, também deverá

contemplar a previsão de inserção dos dados do trabalhador com suspeita ou diagnóstico de COVID-19 na plataforma SINAN (disponível no sítio eletrônico: notifica.saude.gov.br), cujo preenchimento pode ser realizado por qualquer empregado da empresa prestadora de serviços terceirizados, resguardando-se o sigilo médico.

25- A busca ativa dos casos, envolvendo a identificação dos casos, testagem, seguida do afastamento e encaminhamento aos cuidados médicos necessários e rastreamento dos contatos, possibilitando diagnóstico precoce do agravo à saúde relacionada ao trabalho.

26- Protocolo de testagem dos empregados, de acordo com a abordagem clínico-epidemiológica do PCMSO, contemplando periodicidade, critérios eletivos, critérios de interpretação e hipóteses de retestagem.

27- Criação de um protocolo de atuação conjunta do serviço médico do(a) prestadora de serviços com o serviço especializado em medicina do trabalho, ou equivalente, do(a) tomador(a) de serviços, com exigência de mesmo padrão de segurança e de afastamento dos trabalhadores, pelo período de isolamento e monitoramento ou afastamento de contatos próximos no trabalho, no tomador de serviços e os seus contatos domiciliares.

28- A criação de um protocolo para verificação de quais empregados podem ter sido expostos ao SARS-COV-2 por meio de contato com o caso confirmado e, pois, que necessitam de precauções adicionais, acompanhamento e afastamento do local de trabalho.

29- Notificação dos casos suspeitos e confirmados de COVID-19, pelo profissional de saúde designado pela empresa prestadora de serviços terceirizados, ao Sistema Nacional de Agravos de Notificação Compulsória (SINAN) e comunicação ao fiscal do contrato da realização da referida notificação, entregando-lhe a respectiva comprovação.

30- Realizarem ações de comunicação e treinamentos aos empregados, como as que seguem:

31- Criação de manual ou cards eletrônicos com informações aos empregados sobre as medidas que devem tomar para proteção da contaminação pelo SARS-COV-2 no trabalho, inclusive quanto ao uso e conservação de máscara de uso profissional.

32- Comunicação do plano de contingência aos trabalhadores e realização de treinamentos constantes, referentes ao tema COVID-19, especialmente com

WZ

CS

momento para diálogo com os seus trabalhadores (ex: políticas de redução da propagação do vírus; higiene geral; medidas de proteção coletiva disponíveis; sintomas, o que fazer se estiver doente, limpeza e desinfecção; distanciamento social; gerenciamento de estresse, entre outros).

33- Expedição de comunicações eletrônicas diárias referentes ao tema COVID-19.

34- Adoção das seguintes medidas, a cargo dos membros da comissão de licitação e contratos, gestores e fiscais de contratos:

35- Inserir, expressamente, nos editais e contratos de prestação de serviços, a obrigação de fornecimento de EPIs, com Certificado de Aprovação (CA), emitido pela Secretaria Especial do Trabalho do Ministério da Economia.

36- Inserir, expressamente, nos editais e contratos de prestação de serviços, a obrigação de atualização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PPRA) e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com reconhecimento do risco biológico SARS-COV-2, e as medidas de biossegurança e vigilância epidemiológica a serem implementadas, para cada tomador de serviços.

37- Inserir, nos contratos de prestação de serviços que firmar, e em ata de reunião com a contratada, nos contratos em curso, a obrigação de atualização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PPRA) e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), na forma do item 4.2, e a obrigação de emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), nos casos em que trabalhadores forem confirmados com a COVID-19 ou estiverem sob suspeita, nos termos do art. 169 da CLT, e de notificação ao Sistema Nacional de Agravos de Notificação Compulsória (SINAN).

38- Exigir que as empresas contratadas designem formalmente, nos contratos de prestação de serviços, um preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, com poderes e deveres em relação à execução do objeto do contrato (art. 44 da IN 5, do Ministério do Planejamento, atual Ministério da Economia) e, especialmente, para comunicar à administração pública os casos em que os seus empregados sofreram acidentes de trabalho, acidentes de trajeto e doenças do trabalho, como a COVID-19.

39- Estabelecer, nos contratos de prestação de serviços, que a falta de emissão de CAT e notificação ao SINAN e de adoção de medidas para investigar as causas dos acidentes de trabalho e doenças do trabalho, como a COVID-19, será considerada falta grave, e ensejará a rescisão contratual, diante do permissivo legal que possibilita à administração pública estabelecer "os direitos e as

responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas" (art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93).

40- Sem prejuízo da responsabilidade civil, penal e administrativa da contratada, e da cobrança da multa prevista no instrumento contratual, entregar aos trabalhadores encontrados sem EPIs no local de trabalho, os EPIs adequados, efetuando a compensação ou glosado valor correspondente, na planilha de custos e formação de preços do contrato, se nela já constar valores específicos para os EPIs que os empregados não estavam usando, por incúria da prestadora de serviços.

41- Solicitar a entrega dos comprovantes de testagem dos trabalhadores, ou estabelecer com a contratada a obrigação compartilhada de realização de testes para a detecção do vírus da COVID-19 (RT-PCR), com compensação de valores no contrato de prestação de serviços, conforme a distribuição da responsabilidade econômica estabelecida no contrato ou em aditivo.

42- Solicitar a entrega, pela contratada, de declaração de que seus empregados não estão recebendo o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, com redução proporcional da jornada de trabalho e do salário ou suspensão do contrato de trabalhos, de que trata a Lei nº 14.020/2020.

43- Em caso da empresa não emitir a declaração referida no item 4.8 e informar que mantém empregados inscritos no Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, solicitar lista com os nomes e CPFs dos empregados da contratada que estejam trabalhando com redução de jornada de trabalho ou suspensão de contrato de trabalho, nos termos do referido Programa.

44- Apresentada a lista, e verificando-se que há redução da jornada de trabalho no órgão tomador do serviço, efetuar a respectiva glosa do valor correspondente à redução proporcional do salário e da jornada de trabalho, por ocasião do pagamento da fatura de prestação de serviços.

45- Apresentada a lista, e verificando-se que há suspensão do contrato de trabalho, mas há prestação de serviços pelo empregado ao órgão público, notificar a empresa para efetuar o pagamento integral da remuneração ao(s) empregado(s), comunicar o fato para a Superintendência Regional do Trabalho/Ministério da Economia e ao Ministério Público do Trabalho e rescindir o contrato de prestação de serviços.

RIO DE JANEIRO, 01 de dezembro de 2020

VALDENICE AMALIA FURTADO
PROCURADORA DO TRABALHO

h2

